

OBJETIVOS EDUCACIONAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA TAXONOMIA DE BLOOM

EDUCATIONAL OBJECTIVES OF THE BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITY ACCOUNTING COURSES: A STUDY UNDER THE PERSPECTIVE OF BLOOM'S TAXONOMY

DANIELA ORSI

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: danielaorsi@hotmail.com

EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS

Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: edicreiaandrade@yahoo.com.br

ROGÉRIO JOÃO LUNKES

Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rogeriolunkes@hotmail.com

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Trindade, Centro Socioeconômico, Florianópolis.

Recebido em: 29.11.2016. Revisado por pares em: 22.02.2018. Aceito em: 16.03.2018. Avaliado pelo sistema double blind review.

Resumo: O presente estudo busca identificar, sob a ótica da Taxonomia de Bloom, os objetivos educacionais dos projetos político-pedagógicos (PPPs) dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras, bem como das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015). A Taxonomia de Bloom (1956) vem sendo amplamente utilizada para embasamento de estudos em diversas áreas do conhecimento e recomenda uma classificação dos níveis de aprendizagem baseada em uma interpretação sistemática de uma área de conhecimento, assim como também busca organizar os níveis de aquisição das habilidades cognitivas possibilitando a mensuração da realização dos objetivos educacionais. Acerca dos procedimentos metodológicos, o estudo classifica-se como descritivo, de abordagem qualitativa e, quanto aos procedimentos, caracteriza-se como documental. Foram analisados 22 PPPs e 188 questões do Exame de Suficiência. Dentre os principais resultados encontrados, destaca-se que os cursos de ciências contábeis das instituições analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. Todavia, verificou-se a partir do percentual de aprovação nos Exames de Suficiência divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) uma baixa taxa de aprovação. Assim, constata-se um gap entre os objetivos das universidades representados pelo discurso dos PPPs e o baixo nível das questões dos Exames de Suficiência quando relacionados com o percentual de aprovação.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico. Exame de suficiência. Taxonomia de Bloom.

Abstract: *The present study aims to identify, from Bloom's Taxonomy perspective, the educational objectives of the pedagogical political projects (PPPs) of the Accounting Sciences courses of the Brazilian federal universities as well as of the tests of the Sufficiency Examination (editions of 2014 and 2015). Bloom's Taxonomy (1956) has been widely used to base studies in several areas of knowledge and recommends a classification of learning levels based on a systematic interpretation of an area of knowledge, as well as to organize the levels of acquisition of skills Cognitive learning, making it possible to measure educational achievement. Regarding the methodological procedures, the study is classified as descriptive, with a qualitative approach and as regards procedures, it is characterized as documentary. Twenty-two PPPs and one hundred and eighty-eight questions of the Sufficiency Examination were analyzed. Among the main results found, it should be noted that the accounting sciences courses of the analyzed institutions aim at qualifying students at levels higher than those required by the CFC through the Examination of Sufficiency. However, a low approval rate was verified from the percentage of approval in the Exams of Sufficiency published by the Federal Accounting Council (CFC). Thus, there is a gap between the objectives of the universities represented by the discourse of the PPPs and the low level of the questions of the Exams of Sufficiency when related to the percentage of approval.*

Keywords: *Pedagogical Political Project. Examination of sufficiency. Bloom's taxonomy.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação superior no Brasil apresentou um considerável crescimento em relação ao número de cursos, instituições e alunos (QUEIROZ *et al.*, 2013). Este crescimento, em especial no curso de ciências contábeis, iniciou-se por volta da década de 1990 com o redirecionamento educacional dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) (LEAL *et al.*, 2014; SANTOS, 2016). No entanto, acredita-se que o marco para a evolução do ensino em contabilidade foi a Resolução CNE/CES nº. 10 de 10 de dezembro de 2004, a qual instituiu diretrizes curriculares nacionais para o curso superior de bacharel em ciências contábeis (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

Com a aprovação da Resolução CNE/CES nº. 10/2004, as instituições de ensino superior (IES) passaram a elaborar o projeto político-pedagógico (PPP) do curso de forma a possibilitar aos estudantes a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização. Com o atendimento a estes critérios oportunizaria o domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas e estimulando a capacidade crítico-analítica de avaliação (Artigo 3º, CNE/CES nº 10/2004).

Sob esta perspectiva, um dos principais pontos a ser enfatizado para a elaboração do PPP refere-se ao objetivo do curso (CNE/CES nº 10/2004). Neste entendimento, um dos instrumentos existentes que pode auxiliar para uma melhor consecução deste ponto é a taxonomia proposta por Bloom (1956) que foi desenvolvida para classificar os objetivos educacionais, facilitando o planejamento, a organização e o controle dos objetivos de aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010; KIDWELL *et al.*, 2013).

A Taxonomia de Bloom (1956) sustenta-se sobre uma classificação dos níveis de aprendizagem baseada em uma interpretação sistemática de uma área de conhecimento, assim como também busca organizar os níveis de aquisição das habilidades cognitivas possibilitando a mensuração da realização dos objetivos educacionais. Ressalta-se que ela avalia a formulação de objetivos educacionais verificáveis que permitem, por meio de avaliações estruturadas, o conhecimento do diagnóstico da aprendizagem dos estudantes (ANDERSON *et al.*, 2001).

Com base nessa conjuntura, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a aderência dos objetivos educacionais dos cursos de ciências contábeis presentes nos PPPs das instituições públicas federais sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom? Assim, esta investigação busca identificar sob a ótica da Taxonomia de Bloom (TB) os objetivos educacionais dos projetos político-pedagógicos dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras como também das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015).

A justificativa para a realização deste trabalho reside nos seus aspectos de importância, originalidade e viabilidade (CASTRO, 1977). Considera-se importante devido à sua elaboração ter sido realizada por meio de um estruturado processo para seleção e análise dos PPPs e das Provas do Exame de Suficiência. Julga-se original pelo fato de não terem sido evidenciados outros estudos que tenham analisado de forma conjunta os conteúdos dos PPPs e das provas do Exame de Suficiência. Por fim, julga-se viável em virtude da facilidade de acesso aos dados, haja vista que estes foram obtidos gratuitamente nos sites das IES e também recebidos eletronicamente e por meio de correios eletrônicos.

Ressalta-se ainda que este estudo se justifica para a sociedade na medida em que esclarece os objetivos básicos estabelecidos para o ensino de ciências contábeis por meio das regras do CNE/CES e adotadas pelos PPPs das universidades brasileiras, em específico, as federais. Com isso, os atuais e futuros alunos podem ter conhecimento da abrangência do escopo do ensino oferecido que poderá prepará-los para a profissão. Para as IES públicas federais, o estudo mostra o reflexo dos objetivos enfatizados pelos PPPs quando comparados com o principal exame da área (Exame de Suficiência). Ademais, de forma mais específica, é de grande relevância para a classe contábil verificar quais são os principais objetivos enfatizados e com isso as habilidades e competências que são ressaltadas para o futuro profissional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

No decorrer das últimas décadas, o cenário brasileiro evidenciou significativa expansão no ensino superior favorecendo o ingresso dos jovens, em especial nos cursos de ciências contábeis. O início desta expansão data de meados da década de 1990 com o redirecionamento educacional dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) (LEAL *et al.*, 2014; SANTOS, 2016). Assim, Leal *et al.* (2014), apoiados em Brasil (2010) e Miranda (2011),

observaram a existência de 262 cursos de graduação em ciências contábeis em 1991 que ofereciam 97.223 vagas, e nos anos subsequentes significativo crescimento. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2013 foram ofertados 1.168 cursos de graduação na modalidade presencial, com 7.509.694 estudantes matriculados, e destes, 328.031 em cursos de ciências contábeis, ou seja, 4,37% do total de cursos no país (SANTOS, 2016).

O funcionamento destes cursos segue as normas da Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN) (Lei nº. 9.394/1996). A LDBN além de institucionalizar as políticas educacionais implementadas pelo Ministério da Educação e regulamentar as bases da educação, ainda apresenta as políticas do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com isso, o curso de ciências contábeis é regulamentado pela Resolução CNE/CES nº. 10/2004, com auxílio do Parecer CNE/CES nº. 8/2007, que estabelece a carga horária mínima para cursos de graduação e bacharelados na modalidade presencial (SANTOS, 2016).

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 regulamenta o que as instituições devem seguir para elaboração do projeto político-pedagógico do curso, possibilitando ao estudante a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização. Essa compreensão oportuniza o domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas e estimulando a capacidade crítico-analítica de avaliação (CNE/CES nº 10/2004, art. 3º).

Com estas mudanças para o ensino de contabilidade, os PPPs foram direcionados a possibilitar ao estudante condições de desenvolver um pensamento crítico e inovador, com uma adequada visão sistêmica e interdisciplinar das atividades contábeis por meio de um bom currículo (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013). Neste entendimento, ressalta-se que para a elaboração do currículo brasileiro dos cursos de ciências contábeis, foi utilizado como guia o Currículo Mundial (CM) de contabilidade. O CM foi elaborado em 1999 e revisado em 2003, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e Apresentação de Relatórios (International Standards of Accounting and Reporting - ISAR), subordinado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD*), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). O escopo do CM é atenuar as diferenças do ensino da contabilidade entre os países e capacitar os profissionais para que estejam aptos a atender os requisitos exigidos por mercados cada vez mais globalizados (ERFURTH; DOMINGUES, 2013).

Ainda a respeito do CM, o seu conteúdo foi idealizado com base nas normas internacionais estabelecidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e suas normas internacionais de informações financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) (UNCTAD, 2003). Sobre isso, Erfurth e Domingues (2013) argumentam que independente de existir regras internacionais para prestação de serviços de contabilidade, não se dispõe de normas mundiais para formação e educação dos profissionais contábeis. Exemplo disso é que a formação educacional do profissional contábil brasileiro é diferente dos países norte-americanos, europeus e asiáticos, tendo em vista que o Brasil disponibiliza um curso especificamente de bacharel em ciências contábeis (SANTOS, 2016).

Neste sentido, o CM é uma referência para as instituições formularem seus próprios currículos visando fortalecer a profissão contábil; preparar o profissional para oferecer seus serviços além das fronteiras nacionais; reduzir o tempo e o custo na busca pelo reconhecimento mútuo dos profissionais; servir de referência para a qualificação nacional; e contribuir para que as pessoas com estas qualificações atuem em todos os contextos da economia mundial (UNCTAD, 1999). Tudo isso foi concebido considerando o cenário de mudanças no mundo dos negócios, a nível mundial, o que afeta diretamente o ensino e a profissão contábil (SANTOS, 2016).

A respeito da profissão contábil enfatiza-se que foi regulamentada em âmbito nacional pelo Decreto Lei nº 9.295/46, e com alterações realizadas pela Lei nº 12.249/2010, resultante da MP nº 472/2009. A Lei nº 12.249/2010 estabelece que o profissional da área somente pode exercer algumas carreiras da profissão contábil após concluir o curso de ciências contábeis, devidamente reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), e com a aprovação no Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) a que estiver sujeito. Assim sendo, a ausência do registro do diploma no CRC, além do impedimento do exercício da profissão, somente lhe dará o título de bacharel em ciências contábeis (SANTOS, 2016).

O Exame de Suficiência foi instituído a partir da necessidade de se avaliarem os egressos dos cursos de ciências contábeis, por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 853/99. Mais tarde, em 11 de junho de 2010, o Exame foi sancionado pela Lei nº. 12.249/10 (SILVA, 2014) não tendo caráter discriminatório, uma vez que está sob responsabilidade do CFC e da coordenação do Sistema CFC/CRCs.

Em 2005, antes da aplicação da 11ª edição do Exame de Suficiência, o mesmo foi suspenso temporariamente, por meio de decisão judicial. Com essa decisão, CRCs passaram a registrar os profissionais nas categorias de técnico em

contabilidade e contador, sem a necessidade de aprovação no exame, enquanto aguardavam parecer final do processo. No ano de 2008, o CFC encaminhou ao Congresso Nacional outro projeto de lei para alterar o Decreto-Lei nº. 9.295, de 27, de maio de 1946. O resultado foi que em 11 de junho de 2010, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº. 12.249/10 que alterou o Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, retornando a regulamentar a necessidade do Exame de Suficiência.

O Exame de Suficiência tem como finalidade avaliar os profissionais de contabilidade com vistas a garantir o registro de profissionais com conhecimentos médios sobre os conteúdos programáticos dos cursos de graduação em ciências contábeis. Atualmente este exame é realizado por meio de 2 provas por ano e engloba conhecimentos relativos às seguintes áreas temáticas: (1) conhecimentos contábeis, divididos em contabilidade geral, contabilidade de custos contabilidade aplicada ao setor público; (2) conhecimentos contábeis avançados, divididos em contabilidade gerencial, auditoria contábil, perícia contábil, teoria da contabilidade e controladoria; (3) conhecimentos gerais, que englobam noções de direito público e privado, legislação e ética profissional, princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade, bem como conhecimentos de língua portuguesa; e (4) conhecimentos de matemática financeira e estatística (SILVA, 2014).

2.2 TAXONOMIA DE BLOOM (TB)

No final da década de 1950, a Associação Norte Americana de Psicologia (*American Psychological Association*) solicitou que seus membros definissem uma comissão com o escopo de debater, conceituar e criar uma taxonomia dos objetivos de processos educacionais (LOMENA, 2006). Em razão disto, o líder da comissão, Benjamin S. Bloom, e outros especialistas das áreas da psicologia e educação, criaram uma ferramenta, conhecida como Taxonomia de Bloom (TB), desenvolvida para classificar os objetivos educacionais, facilitando o planejamento, a organização e o controle dos objetivos de aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010). Esta taxonomia propõe três domínios de objetivos educacionais: (i) afetivo, (ii) psicomotor e (iii) cognitivo (SANTANA JÚNIOR; PEREIRA; LOPES, 2008).

O domínio afetivo está relacionado à emoção, atitude e sentimento, enquanto o domínio psicomotor se concentra na discussão da capacidade física, especificamente das habilidades relacionadas a como alguém reage a diferentes situações (KRATHWOHL; BLOOM; MASIA, 1971; FLORES, 2015). O domínio cognitivo é o mais aplicado no campo da educação e está relacionado com a aprendizagem dos estudantes, sendo subdividido em seis níveis de habilidades: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação (KIDWELL *et al.*, 2013; FLORES, 2015).

Cada nível de habilidade cognitiva segue uma linha hierárquica que, geralmente, exige que o indivíduo domine o anterior antes de atingir a próxima desejada (SANTANA JÚNIOR; PEREIRA; LOPES, 2008). Nessa linha, os degraus seguiriam a ordem: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.

Flores (2015) esclarece que o domínio cognitivo da TB auxilia na progressão de um aluno com poucas habilidades para competências mais elevadas e que, por meio de planejamentos bem elaborados pelos cursos, há a possibilidade de enriquecer a aprendizagem, de forma a proporcionar-lhes uma caixa de ferramenta de pensamento crítico, a qual eles podem usar durante os seus estudos. Neste cenário, os níveis já mencionados podem ser definidos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Definição das categorias da Taxonomia de Bloom no domínio cognitivo

Categoria	Descrição
1. Conhecimento	Habilidade de lembrar informações e conteúdos previamente abordados, tais como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos. A habilidade pode envolver o ato de lembrar uma significativa quantidade de informação ou fatos específicos. O objetivo principal dessa categoria é trazer à consciência esses conhecimentos.
2. Compreensão	Habilidade de compreender e dar significado ao conteúdo. Essa habilidade pode ser demonstrada por meio da tradução do conteúdo compreendido para uma nova forma (oral, escrita, diagramática, entre outras) ou um novo contexto. Nessa categoria, encontra-se a capacidade de entender a informação ou fato, de captar seu significado e de utilizá-la em contextos diferentes.

continua...

conclusão.

3. Aplicação	Habilidade de usar informações, métodos e conteúdos aprendidos em novas situações concretas. Isso pode incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias.
4. Análise	Habilidade de subdividir o conteúdo em partes menores com a finalidade de entender a estrutura final. Essa habilidade pode incluir identificação das partes, análise de relacionamento entre as partes e reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos. Identificar partes e suas inter-relações. Nesse ponto, é necessário não apenas ter compreendido o conteúdo, mas também a estrutura do objeto de estudo.
5. Síntese	Habilidade de agregar e juntar partes com a finalidade de criar um novo todo. Essa habilidade envolve a produção de uma comunicação única (tema ou discurso), um plano de operações (propostas de pesquisas) ou um conjunto de relações abstratas (esquema para classificar informações). Combinar partes não organizadas para formar um “todo”.
6. Avaliação	Habilidade de julgar o valor do material (proposta, pesquisa, projeto) para um propósito específico. O julgamento é baseado em critérios bem definidos, que podem ser externos (relevância) ou internos (organização) e podem ser fornecidos ou conjuntamente identificados. Julgar o valor do conhecimento.

Fonte: Adaptado de Bloom *et al.* (1956), Krathwohl, Bloom e Masia (1971), Bloom (1986), Driscoll (2000) e Krathwohl (2002).

Complementarmente, ressalta-se que a exigência dos níveis 5 e 6 da TB é importante para quem deseja desenvolver habilidades intelectuais, que instiguem uma resolução criativa de situações diversas e complexas, as quais em muitos casos ainda não se apresentam de forma familiar ao indivíduo, que deve ser capaz de identificá-las e, se possível, antecipar-se aos fatos, encontrando as soluções mais adequadas (SANTANA JÚNIOR; PEREIRA; LOPES, 2008).

A TB é amplamente estudada, tanto a nível internacional quanto nacional. Em âmbito brasileiro destacam-se alguns trabalhos como: Santana Júnior, Pereira e Lopes (2008); Ferraz e Belhot (2010) e Pinheiro *et al.* (2013). Santana Júnior, Pereira e Lopes (2008) pesquisaram pela lente da TB qual a tendência das habilidades cognitivas solicitadas para profissionais contadores da administração direta e indireta da união. Por meio da análise de algumas questões de provas de concursos (1999 a 2006), verificaram que não estão sendo exigidos os mais altos indicadores de habilidades cognitivas dos candidatos ao cargo de contador (ou com especialidade em contabilidade).

O estudo de Ferraz e Belhot (2010) objetivou apresentar a TB e as modificações ocorridas nos últimos anos, assim como esclarecer a forma como ela pode ser utilizada dentro do contexto de ensino, especificamente no ensino de engenharia. Por sua vez, Pinheiro *et al.* (2013) buscaram identificar, por intermédio da TB, se os níveis de habilidades cognitivas demandados pelo Enade e pelo Exame de Suficiência do CFC são aderentes ao perfil do contador estabelecido pelo CNE. Os autores analisaram duas edições do Enade (2006 e 2009) e duas edições do Exame de Suficiência (2004.2 e 2011.1), bem como o perfil profissional requerido dos contadores pela Resolução CNE/CES nº. 10/2004. Dentre os achados, os autores observaram que os níveis de habilidades cognitivas solicitados pelos exames não são aderentes ao perfil previsto pelo CNE e que há uma carência de cobrança de níveis mais elevados para a dimensão cognitiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, respaldado nos conceitos de Cooper e Schindler (2011), por apresentar observação, classificação, análise, interpretação e descrição de fenômenos ou características de uma determinada população. Em relação à abordagem, é classificada como qualitativa por empregar técnicas de análise de conteúdo dos dados e, quanto aos procedimentos, caracteriza-se como documental.

Para a consecução do estudo foram adotados alguns passos. Inicialmente foram mapeados os objetivos dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras por meio dos projetos político-pedagógicos (PPPs) obtidos on line nas páginas eletrônicas das respectivas instituições ou disponibilizados aos autores por e-mail pelos coordenadores dos cursos, no decorrer do mês de abril de 2016. Além dos objetivos constantes nos PPPs, analisou-se também o conteúdo das provas do Exame de Suficiência para bacharéis em ciências contábeis dos anos de 2014 e 2015. Ambas as análises foram amparadas sob os critérios da Taxonomia de Bloom.

Tendo como base o ano de 2015, no Brasil existiam 36 universidades federais que ofereciam o curso de ciências contábeis na modalidade presencial. Contudo, para a análise deste estudo, excluíram-se os cursos das respectivas

universidades que não participaram ou não obtiveram conceito na prova do Enade 2012, resultando assim em uma população de 34 instituições. Todavia, como não foi possível obter os documentos de toda a população, findou-se com uma amostra de 20 universidades devido ao acesso aos seus PPPs. Em acréscimo, tem-se que algumas universidades possuem mais de 1 PPP, visto que há instituições que oferecem o curso de ciências contábeis em mais de um campus, ou seja, em diferentes cidades. Sendo assim, quando disponibilizados, analisou-se mais de 1 PPP por instituição, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação da amostra de universidades

Universidade	UF	Cidade
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	PB	Mamanguape
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	AL	Maceió
Universidade Federal de Goiás – UFG	GO	Goiânia
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	MT	Cuiabá
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	MS	Corumbá
		Três Lagoas
Universidade Federal de Roraima – UFRR	RR	Boa Vista
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	SC	Florianópolis
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	RS	Santa Maria
Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ	MG	São João Del Rei
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	MG	Ituiutaba
Universidade Federal de Viçosa – UFV	MG	Viçosa
Universidade Federal do Ceará – UFC	CE	Fortaleza
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	MA	São Luís
Universidade Federal do Paraná – UFPR	PR	Curitiba
Universidade Federal do Piauí – UFPI	PI	Teresina
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	RJ	Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	RN	Caicó
		Natal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	RS	Porto Alegre
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	MG	Teófilo Otoni
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	RN	Mossoró

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Por conseguinte, os objetivos disponibilizados foram relacionados aos níveis de habilidades cognitivas da TB, mediante os verbos que servem de alicerce para a realização de planejamentos acadêmicos, apresentados no Quadro 3, e por meio da definição de cada nível da TB.

Quadro 3 – Verbos utilizados no domínio cognitivo da Taxonomia de Bloom

Categoria	Verbos
Conhecimento	Enumerar, definir, descrever, identificar, listar, nomear, combinar, apontar, relembrar, relacionar, reproduzir, solucionar, declarar, rotular, memorizar, reconhecer, denominar, realçar, recordar e ordenar.
Compreensão	Alterar, construir, definir, distinguir, estimar, explicar, generalizar, inferir, prever, reescrever, resolver, discutir, identificar, interpretar, situar, traduzir, converter, decodificar, defender, descrever, discriminar, dar exemplos, ilustrar, reformular, resumir, classificar, reconhecer, redefinir e selecionar.

continua...

conclusão.

Aplicação	Aplicar, alterar, demonstrar, desenvolver, descobrir, ilustrar, modificar, organizar, prever, resolver, usar, construir, esboçar, escrever, operar, praticar, programar, dramatizar, empregar, interpretar, manipular, operacionalizar, preparar, produzir, relatar, resolver, transferir e escolher.
Análise	Analisar, reduzir, determinar, deduzir, diferenciar, identificar, apontar, inferir, relacionar, selecionar, subdividir, examinar, testar, esquematizar, questionar, classificar, comparar, contrastar, diagramar, distinguir, ilustrar, separar, discriminar e experimentar.
Síntese	Combinar, compor, construir, criar, explicar, formular, organizar, propor, relacionar, revisar, resumir, sistematizar, escrever, desenvolver, estruturar, projetar, categorizar, compilar, conceber, desenhar, elaborar, estabelecer, generalizar, inventar, modificar, organizar, originar, planejar, reorganizar, relacionar, reescrever e montar.
Avaliação	Avaliar, comparar, concluir, criticar, decidir, explicar, interpretar, justificar, relatar, resolver, resumir, escrever um <i>review</i> sobre, detectar, julgar, selecionar, averiguar, escolher, contrastar, defender, discriminar, apoiar, validar e estimar.

Fonte: Adaptado de Bloom *et al.* (1956), Bloom (1986), Driscoll (2000) e Krathwohl (2002).

Posteriormente, realizou-se a seleção das provas do Exame de Suficiência dos anos de 2014 e 2015 por meio do site do CFC, o que gerou a análise de quatro provas, duas edições do ano de 2014 e duas do ano de 2015. Cabe salientar que as provas do Exame de Suficiência dos anos analisados são compostas por 50 questões cada, sendo que destas, 3 de cada edição são de Língua Portuguesa, ou seja, não envolvem conhecimentos contábeis. Deste modo, serviram para análise o total de 47 questões por edição, totalizando ao final 188 assertivas.

De modo geral, há consenso entre os pesquisadores em afirmar que a TB oferece “estrutura para classificar os saberes, para categorizar a abstração de questões de provas em conformidade com determinados níveis, bem como determinadas competências desejáveis e possíveis de serem alcançadas em educação” (CARVALHO, 2012, p. 72). Contudo, o procedimento realizado para classificar as questões foi análogo ao utilizado por Pinheiro *et al.* (2013), relacionando os níveis da TB em menor nível cognitivo (CCA - conhecimento, compreensão e aplicação) e em maior nível cognitivo (ASA - análise, síntese e avaliação) de acordo com a complexidade apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Demonstração de parâmetros utilizados na classificação da Taxonomia de Bloom

Classificação	Questões que tratam de:
CCA (Conhecimento, Compreensão e Aplicação)	1. Conceito e classificação de Princípios Contábeis de forma clara e concisa. 2. Conceito e classificação de elementos patrimoniais. 3. Cálculo de fatos contábeis e/ou de saldos contábeis de forma isolada. 4. Cálculo de taxas de retorno e de índices de forma isolada. 5. Identificação de lançamentos contábeis. 6. Cálculo de custo e de saldo de estoque de forma isolada. 7. Identificação de fatos contábeis e de seus efeitos de forma isolada. 8. Legislação e Código de Ética de forma conceitual e aplicada. 9. Cálculos matemáticos e estatísticos de forma isolada. 10. Cálculo da Equivalência Patrimonial a partir de dados fornecidos isoladamente.
ASA (Análise, Síntese e Avaliação)	1. Apresentação de saldos de elementos patrimoniais a partir de uma estrutura relacionada de dados que requeira análise para resposta. 2. Análise de informações contábeis para a tomada de decisão. 3. Análise de índices que ajudam na tomada de decisão. 4. Cálculo de custo e saldo de estoque a partir de informações contidas em Demonstrações Financeiras, de forma não isolada. 5. Cálculo da Equivalência Patrimonial a partir de dados fornecidos em Demonstrações Financeiras. 6. Encerramento de exercício de forma não isolada. 7. Elaboração de Demonstrações Financeiras. 8. Apresentação de justificativa nas respostas apresentadas.

Fonte: Adaptado de Pinheiro *et al.* (2013).

Para análise dos resultados foi utilizada a técnica Análise de Conteúdo, que procura a essência nos detalhes das informações, dados ou evidências disponíveis em um conjunto de informações (MARTINS; TEÓFILO, 2016). A seu respeito, Bardin (2011) reforça que se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, tendo em vista obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com a finalidade de descobrir e quantificar a ocorrência de palavras, frases e/ou temas vistos como essenciais que permitem uma categorização posterior. Ademais, a autora destaca ainda as fases fundamentais na análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Nesta direção, para cumprir com o objetivo deste estudo, após o levantamento dos PPPs e das provas do Exame de Suficiência, iniciou-se a pré-análise com base nos dados obtidos e conforme apresentado no tópico seguinte, de descrição e análise dos resultados.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS DOS PPPs

A partir da análise dos 22 PPPs dos cursos de ciências contábeis do Brasil, classificaram-se os objetivos de acordo com os níveis de habilidades cognitivas da TB, sendo: 1 – Conhecimento; 2 – Compreensão; 3 – Aplicação; 4 – Análise; 5 – Síntese e 6 – Avaliação, conforme demonstrado na Tabela 1. Ressalta-se que na coluna total evidencia-se o percentual (%) do total das universidades que atendem individualmente cada nível.

Tabela 1 – Classificação dos Objetivos dos PPPs

Universidade	Cidade	Nível de Habilidade Cognitiva					
		1	2	3	4	5	6
UFPB	Mamanguape	-	x	x	x	x	x
UFAL	Maceió	-	x	x	-	-	x
UFG	Goiânia	x	x	x	x	x	x
UFMT	Cuiabá	x	-	x	-	-	x
UFMS	Corumbá	x	x	x	x	-	x
	Três Lagoas	x	x	x	x	-	x
UFRR	Boa Vista	x	x	x	x	x	x
UFSC	Florianópolis	x	-	x	x	x	x
UFSM	Santa Maria	x	x	x	x	-	x
UFSJ	São João Del Rei	x	x	x	-	x	x
UFU	Ituiutaba	x	-	x	-	x	-
UFV	Viçosa	x	-	x	-	x	x
UFC	Fortaleza	x	x	x	-	x	x
UFMA	São Luís	x	x	x	x	x	x
UFPR	Curitiba	x	x	x	x	x	x
UFPI	Teresina	x	x	x	x	x	x
UFRN	Caicó	x	-	x	-	x	-
	Natal	x	x	x	-	-	x
UFRGS	Porto Alegre	-	x	x	-	x	x
UFVJM	Teófilo Otoni	x	x	x	x	x	x
UFERSA	Mossoró	x	x	x	x	-	x
Total (%)		85,71%	76,19%	100%	57,14%	66,67%	90,48%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Para a consecução da Tabela 1, optou-se pela não inclusão do PPP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pois constatou-se uma redação voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades mais específicas, diferenciando-se do padrão apresentado pelas demais instituições. Assim, as universidades que apresentaram todas as categorias em seus objetivos foram: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Com a apresentação de cinco categorias em seus objetivos, temos: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) das cidades de Corumbá e Três Lagoas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As demais universidades apresentaram 4 ou 3 categorias em seus objetivos.

Detalhadamente, verificou-se que todas as instituições visam, de alguma forma, habilitar os alunos a usarem informações, métodos e conteúdos aprendidos em novas situações concretas, podendo incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias. Em outras palavras, todas as universidades estudadas apresentam em seus objetivos o nível cognitivo “Aplicação” da TB.

Em relação às demais habilidades cognitivas, constatou-se que, em segundo lugar, a habilidade mais presente nos objetivos é a de “Avaliação” com 90,48% de participação. Em seguida, as habilidades de Conhecimento, Compreensão, Síntese e Análise estão presentes nos objetivos com 85,71%, 76,19%, 66,67% e 57,14%, respectivamente.

Pelo exposto, percebe-se que dos objetivos analisados, em média, 87,30% apresentam os menores níveis cognitivos da TB e, em média, 71,43% apresentam os maiores níveis. Em acréscimo, pode-se concluir que 90,48% dos alunos destas universidades possuem a capacidade de ter o mais alto nível de aprendizagem, pois corroborando com Santana Júnior, Pereira e Lopes (2008), o alcance de cada nível segue uma linha hierárquica que, na maioria das vezes, requer que o indivíduo domine o nível anterior antes de atingir o próximo.

4.2 ANÁLISE DAS PROVAS – EXAME DE SUFICIÊNCIA

Por meio da análise das provas do Exame de Suficiência dos anos 2014 e 2015, verificou-se que a maioria das questões aplicadas estão relacionadas aos menores níveis cognitivos da TB. Os dados obtidos com a classificação das questões foram dispostos na Tabela 2. Vale lembrar que há 3 questões de Língua Portuguesa em cada edição das provas, as quais não foram analisadas tendo em vista que o objetivo é analisar e classificar questões que envolvam conhecimentos contábeis.

Tabela 2 - Classificação das questões do Exame de Suficiência

Edições	Nº de questões	Nº de questões Analisadas	Classificação das questões			
			CCA	%	ASA	%
2014.1	50	47	39	82,98	8	17,02
2014.2	50	47	43	91,49	4	8,51
2015.1	50	47	43	91,49	4	8,51
2015.2	50	47	40	85,11	7	14,89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Em conformidade com a Tabela 2, constatou-se que no primeiro e no segundo exame de 2014, 82,98% e 91,49% das questões analisadas exigiram os três menores níveis cognitivos (conhecimento, compreensão e aplicação), respectivamente. Seguindo a mesma direção, os exames de 2015 também exigiram com maior frequência os três menores níveis cognitivos, alcançando 91,49% das questões no primeiro exame de 2015 e 85,11% no segundo exame do mesmo ano. Em síntese, apurou-se que o Exame de Suficiência vem aplicando, com maior regularidade, questões que envolvem conhecimento, compreensão e aplicação das normas e práticas contábeis.

Neste cenário, resultados semelhantes foram apontados na pesquisa de Pinheiro *et al.* (2013), pois os autores constataram que as edições analisadas (2004.2 e 2011.1) do Exame de Suficiência apresentaram com maior frequência questões de menores níveis cognitivos, equivalente a 91,10% das questões na edição de 2004.2 e 74,50% na edição de 2011.1.

4.3 DISCUSSÃO DOS ACHADOS

Os resultados encontrados evidenciam que os cursos de ciências contábeis das universidades analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. Todavia, com o objetivo de complementar o estudo, verificou-se o percentual de aprovação nos Exames de Suficiência (2014 e 2015) divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade e constatou-se uma baixa taxa de aprovação.

De acordo com o CFC, no ano de 2014, a primeira e a segunda edição do exame contaram, respectivamente, com 49,39% e 41,73% de aprovados. Em outras palavras, menos da metade dos candidatos inscritos foram aprovados nos exames de 2014. Em contrapartida, o primeiro exame de 2015 aprovou mais do que a metade dos inscritos, todavia, com um percentual ainda considerado relativamente baixo de 54,48%. No entanto, a menor taxa de aprovação dos anos estudados ocorreu no segundo exame de 2015, com apenas 14,68% de aprovação (CFC, 2016).

Diante do apresentado, constata-se um *gap* entre os objetivos das universidades representados pelo discurso dos PPPs e o baixo nível das questões dos Exames de Suficiência quando relacionados com o percentual de aprovação, pois mesmo que o presente estudo tenha comprovado que as questões dos Exames de Suficiência (2014 e 2015) requerem menores níveis de habilidades em comparação com o que os cursos presenciais das universidades federais oferecem, as estatísticas mostram que as aprovações nestes exames são pequenas, o que permite depreender que a qualidade dos alunos, de um modo geral, está abaixo do requerido pelo nível do exame. No entanto, destaca-se que os achados e as inferências devem ser entendidos com parcimônia tendo em vista que a amostra não cobriu outras instituições (universidades, centros universitários, faculdades) públicas ou privadas, de ensino a distância e que por ventura oferecem aos alunos uma capacidade de habilidades inferior às requeridas pelo Exame de Suficiência.

Acerca das questões do Exame de Suficiência pode-se acrescentar que, de acordo com um estudo realizado por Lunkes *et al.* (2014), as quatro primeiras edições do Exame de Suficiência (2011 e 2012) apresentaram um equilíbrio na classificação das questões por área ou ramo da Contabilidade, no entanto, questões que envolvem cálculos são mais requeridas do que questões dissertativas, e ainda, há pouca variação na forma de elaboração das questões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo foi identificar sob a ótica da Taxonomia de Bloom os objetivos educacionais dos projetos político-pedagógicos (PPP) dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras como também das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015). Os resultados comprovaram que dos objetivos apresentados pelas universidades, em média, 87,30% e 71,34% apresentam, respectivamente, os menores e maiores níveis cognitivos da Taxonomia de Bloom. E ainda, que 90,48% dos alunos destas universidades possuem a capacidade de ter o mais alto nível de aprendizagem.

Das provas analisadas, constatou-se que, em média, 87,77% e 12,23% das questões analisadas exigiram os menores e maiores níveis nos anos de 2014 e 2015, respectivamente. Portanto, verificou-se que o Exame de Suficiência vem aplicando, com maior regularidade, questões que envolvem conhecimento, compreensão e aplicação das normas e práticas contábeis.

Pelo exposto, é perceptível que os cursos de ciências contábeis das universidades federais analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. No entanto, o percentual de aprovação nos Exames de Suficiência (2014 e 2015) divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade revela uma baixa taxa de aprovação (CFC, 2016).

Diante disto, como limitação do presente estudo menciona-se a avaliação somente dos PPPs das universidades federais na modalidade presencial, enquanto que as provas são para alunos de todas as universidades, públicas e privadas, de ensino presencial e de ensino à distância. Deste modo, a comparação com o percentual de alunos aprovados dos exames fica parcialmente comprometida, pois o recomendável seria avaliar os percentuais da mesma amostra estudada.

Como sugestões de estudos futuros, recomenda-se a segregação por regiões considerando todas as universidades (públicas e privadas, ensino presencial e a distância) para assim possibilitar a comparação com o percentual de aprovação. Por exemplo, estudar as universidades de cada estado (exemplo: Rio Grande do Sul) e o percentual de aprovação nos exames do Estado. E, ainda, estudar os PPPs das universidades privadas e com ensino à distância a fim de realizar possíveis comparações, ou também aplicar a Taxonomia de Bloom revisada para identificar possíveis diferenças.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, L. W. *et al.* *A taxonomy for learning, teaching, and assessing: a revision of Bloom's Taxonomy of educational objectives*. New York: Longman, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BLOOM, B. S. *et al.* *Taxonomy of Educational Objectives: The Classification of Educational Goals. Handbook 1: Cognitive Domain*. New York: David McKay, 1956.
- BLOOM, B. S. What we are learning about teaching and learning: a summary of recent research. *Principal*, v. 66, n. 2, p. 6-10, 1986.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 maio 1946. Seção 1, p. 7889. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- _____. Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jun. 2010. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 set. 2007. Seção 1, p. 23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces002_07.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- _____. Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2005. Seção 1, p. 9. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- CARVALHO, N. M. *Exame de PISA 2006 e política educacional brasileira para o ensino de ciências: competências e habilidades no letramento científico: competências e habilidades no letramento científico*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- CASTRO, C. M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. *Relatórios estatísticos do Exame de Suficiência*. 2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- _____. *Exame de Suficiência*. 2015. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/registro/exames/exame_de_suficiencia/>. Acesso em: 20 out. 2016.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DRISCOLL, M. *Psychology of learning for instruction*. Needham Heights: Allyn & Bacon, 2000.

ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. S. Currículo Mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas. *Contexto*, v. 13, n. 23, p. 47-60, 2013.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão de Produção*, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FLORES, M. K. Using Bloom's Taxonomy to promote higher level thinking and learning in introductory accounting courses. *AIR - Accounting Instructor's Educators*, v. 1, p. 35-45, 2015.

KIDWELL, L. A. *et al.* Developing learning objectives for accounting ethics using Bloom's taxonomy. *Accounting Education*, v. 22, n. 1, p. 44-65, 2013.

KRATHWOHL, D. R. A revision of Bloom's taxonomy: an overview. *Theory in Practice*, v. 41, n. 4, p. 212-218, 2002.

KRATHWOHL, D. R.; BLOOM, B. S.; MASIA, B. B. *Taxonomy of educational objectives, the Classification of educational goals*. Handbook II: Affective domain. New York: David McKay Co., Inc, 1971.

LEAL, E. A. *et al.* Estereótipos na profissão contábil: a opinião de estudantes e do público externo no Triângulo Mineiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 17, n.1, p. 134-153, 2014.

LUNKES, R. J. *et al.* Análise do Exame de Suficiência do CFC: Um estudo sobre as questões de contabilidade gerencial. *RBC: Revista brasileira de contabilidade*, v. XLIII, p. 27-39, 2014.

MARRONI, C. H.; RODRIGUES, A. F.; PANOSSO, A. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil - sob a égide normativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 32, n. 3, p. 1-17, 2013.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da Investigação Científica*. São Paulo: Atlas, 2016.

PINHEIRO, F. M. G. *et al.* O perfil do contador e os níveis de habilidades cognitivas nos exames Enade e suficiência do CFC: uma análise sob a perspectiva da taxonomia de Bloom. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 11, n. 1, p. 50-65, 2013.

QUEIROZ, F. C. B. F. *et al.* Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 79, n. 21, p. 349-370, 2013.

SANTANA JÚNIOR, J. J. B.; PEREIRA, D. M. V. G.; LOPES, J. E. G. Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na Administração Pública Federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da Taxonomia de Bloom. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 46, p. 108-121, 2008.

SANTOS, E. A. *Fatores determinantes da intenção de escolha da carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da teoria do comportamento planejado*. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, O. L. *Avaliação das habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais: estudo no exame de suficiência em contabilidade 2012-2013*. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *ISAR* – Corporate Transparency: Accounting. Disponível em: <<http://www.unctad.org/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. *Revised model accounting curriculum*. New York: Geneve, 2003.